

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILMA. SRA. PREGOEIRA DESIGNADA PELA COORDENAÇÃO- GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018
PROCESSO Nº 08001.004855/2018-49

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.758.602/0001-80, situada no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco E, Salas 919, 922, 923 e 1110, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.322-915, na Licitação, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018 supracitada, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante esta Pregoeiro, com fulcro no item 11 do presente edital e artigos 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 c/c com a Lei 13.303/2016, apresentar tempestivamente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da r. decisão do Pregoeiro, que declarou habilitada ao item 2 Auditoria de Imagem, a empresa CLIPPING EXPRESS - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA, requerendo digne-se V.Sa. determinar o regular processamento das inclusas razões de fato e de direito em anexo.

1 -DA TEMPESTIVIDADE

Declarado os vencedores de cada item não agrupado/Grupo e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, foi concedido o prazo, pelo pregoeiro para manifestação da intenção de recorrer pelas licitantes.

Tempestivamente, a recorrente manifestou interesse na interposição de recurso de forma motivada. Verificada a tempestividade e a existência de motivação para intenção de recorrer, o Pregoeiro admitiu a interposição de recurso.

Desta forma, considerando que o prazo para interposição de recurso é de 3 (três) dias, conforme item 11.2.3 do Edital, a contar do primeiro dia útil seguinte à admissão do recurso, ou seja, 17/12/2018, o prazo final é dia 19/12/2018.

Nestes termos, tempestivas as razões recursais interpostas na presente data.

2 -DAS RAZÕES RECURSAIS

O Ministério da Justiça, por intermédio de Pregoeiro designado pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, da Coordenação- Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, divulgou a realização de Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas.

A Licitação foi dividida em lotes de itens não agrupados e grupos.

A recorrente, na qualidade de empresa especializada na prestação dos serviços objeto do presente edital, credenciou-se e encaminhou a proposta nos termos exigidos pelo Edital, para o item 2 não agrupado.

Juntamente com a recorrente, participaram do certame, com interesse no Item 2 – Auditoria de Imagem, as seguintes empresas: JHE COMUNICAÇÃO LTDA; CLIPPING EXPRESS – SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA; PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA; APPROACH COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA; CLIP E CLIPPING LTDA; e SERGIO MACHADO REIS.

Encerrada a etapa de lances, as empresas foram assim classificadas conforme os lances oferecidos: 1º JHE COMUNICAÇÃO LTDA – valor ofertado: R\$80.490,00; 2º CLIPPING EXPRESS – SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA – valor ofertado: R\$80.500,00; 3º PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA – valor ofertado: R\$84.700,00; 4º IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA – valor ofertado: R\$102.000,00; 5º APPROACH COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA – valor ofertado: R\$166.400,00; CLIP E CLIPPING LTDA – valor ofertado: 170.221,960; e SERGIO MACHADO REIS – valor ofertado: R\$170.221,96.

Declarada arrematante, a empresa JHE COMUNICAÇÃO foi chamada a apresentar a documentação de habilitação segundo as exigências previstas no Edital. Apresentada, tempestivamente, a empresa foi declarada inabilitada, em virtude do desatendimento ao item 8.8.5 do Edital, visto que a empresa apresenta objeto social incompatível com os itens licitados.

Ato contínuo, o pregoeiro chamou a segunda colocada para apresentação da documentação de habilitação. Após análise, a empresa CLIPPING EXPRESS – SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA foi declarada aceita e habilitada pelo pregoeiro.

Não obstante o zelo habitual no trato da coisa pública por este Pregoeiro, algumas questões de extrema importância passaram despercebidas por ocasião da análise dos documentos de habilitação, que, a nosso ver, alteram o resultado apresentado, conforme razões abaixo expostas.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE CLIPPING EXPRESS

O Edital previa em seu item 8.8 que as empresas deveriam apresentar, no momento da habilitação, entre outros, os documentos de qualificação técnica.

Segundo os subitens do item supramencionado, a comprovação de capacidade técnico-operacional deveria ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto do pregão.

O Edital explicitava ainda que seria considerado como pertinente e compatível a comprovação da prestação dos serviços, por meio de atestados, nos termos descritos na tabela do item 8.8.1.1.

Para comprovação de capacidade técnico-operacional do item não agrupado 2 – Auditoria de Imagem, o atestado necessitava comprovar o “fornecimento de 1 relatório, de periodicidade mensal ou superior, de auditoria de imagem junto à mídia com análise de ao menos 3 veículos de comunicação, provenientes de ao menos 2 meios de comunicação”.

Logo, para a devida comprovação, o atestado de capacidade técnica necessitava observar três requisitos: 1- Fornecimento de 1 relatório de periodicidade mensal ou superior de auditoria de imagem; 2- com análise de ao menos 3 veículos de comunicação; e 3 – provenientes de ao menos 2 meios de comunicação.

Ocorre que, os atestados apresentados pela Licitante Clipping Express não atenderam a todas as exigências supramencionadas previstas no Edital.

A Licitante apresentou 3 (três) atestados.

O primeiro, da empresa Buenos Aires Comunicação Publicidade e Propaganda Ltda, atestou que a licitante detém “capacidade técnica na prestação de serviços diários de Gerenciamento de Mídias Sociais e Produção de Conteúdo diário”.

O atestado detalha ainda os serviços prestados. No entanto, não consta, em nenhum momento, a realização de análise de mídia para ao menos 2 meios de comunicação. Enfatiza-se que o monitoramento e a análise de monitoramento previstos no atestado correspondem apenas a mídias sociais.

O segundo atestado, da Procuradoria da República na Paraíba, atestou que a empresa Clipping Express prestou serviços de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise.

Embora o referido atestado preveja a realização de “análise de conteúdo”, esta análise refere-se apenas a “serviços de clipping jornalístico online”, da mesma forma como o atestado anterior, não abrangendo pelo menos 2 meios de comunicação.

O último atestado foi elaborado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR que declarou que a Clipping Express presta serviços de clipping jornalístico, com monitoramento de mídias, gestão de informações, análise e auditoria de imagem.

O atestado detalha ainda que foi realizada análise da imagem da Companhia na mídia, no entanto, não apresenta para quais meios ou veículos teriam sido realizados essa análise.

Enfatizamos que no caso deste Pregoeiro julgar que este último atestado comprove todos os requisitos necessários, a licitante, ainda assim, não poderia ser declarada habilitada. Isso porque, o último atestado totaliza apenas 2 anos. Além disso, os demais não podem ser contabilizados por não abarcarem serviços similares ao objeto do Edital.

Ora, os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º, definiu que a licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Abaixo à legislação pertinente à matéria, o Edital se sobressai, estabelecendo regras específicas e peculiares a cada licitação, devendo a Administração permanecer estritamente vinculada ao referido documento e condições nele estabelecidas.

Conforme ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, “nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório em conjunto com o da isonomia visam proteger os procedimentos licitatórios de situações que afastem a administração das exigências fixadas nos editais. A administração deve abster-se de aceitar documentos com características diferentes das já especificadas.

Ora, a aceitação de documentos em descumprimento à exigência expressa do Edital eivam o procedimento licitatório de vícios insanáveis.

Ademais disso, a administração deve seguir aos ditames do princípio do julgamento objetivo, que determina que o administrador deve observar critérios objetivos, definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

Aceitar atestados em desconformidade com as exigências do Edital, pressupondo a realização de determinado serviço é afastar-se da proteção do referido princípio.

A desobediência aos princípios basilares do processo licitatório compromete a validade do procedimento como um todo. Neste aspecto, o Tribunal de Contas da União já se manifestou por inúmeras vezes quanto à nulidade do certame nos casos em que houver desobediência às diretrizes fundamentais das licitações:

“A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. (TCU. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara)”

No caso em tela, a aceitação de atestados em desconformidade com as exigências do Edital gera o tratamento desigual para com os demais, afastando a Administração do dever de vinculação ao Edital bem como ao dever de julgar objetivamente os documentos apresentados pelas licitantes, motivo pelo qual, entendemos que o julgamento publicado por este Pregoeiro deve ser revisado.

Desta forma, ante o exposto, requer a desconsideração dos atestados apresentados pela licitante Clipping Express em virtude do não atendimento às regras específicas

editais, bem como a inabilitação da mencionada.

3.2. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL

O Edital previa em seu item 8.7.2 que para a Qualificação Econômico-financeira, a licitante deveria apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) para comprovar que a licitante, ao ser contratada, terá saúde financeira para executar os serviços prestados.

No entanto, da análise dos documentos de habilitação apresentados pela Licitante Clipping Express verifica-se a não apresentação do documento mencionado.

Desta forma, considerando a inobservância a requisitos explícitos no Edital, correta seria a devida inabilitação da licitante, tendo em vista a não apresentação de documentos em conformidade com seu instrumento convocatório.

É cediço que a Administração deve atentar-se à observância dos princípios basilares do processo licitatório, entre eles o princípio da isonomia, da vinculação ao edital e do julgamento objeto. Isso porque, um certame que desatenda os mencionados princípios é eivado de vícios insanáveis.

Ora, o princípio da isonomia, paralelamente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, visa conferir aos licitantes tratamento igualitário, devendo para tanto, serem estritamente observadas as normas editais. Isso porque, o Edital faz lei entre as partes envolvidas em um processo licitatório, devendo o Administrador, analisar a documentação apresentada em cotejo com as regras editais, sem margem para interpretações ou discricionariedade.

Assim, resta claro que se toda documentação exigida para habilitação não foi apresentada em momento oportuno, não há se falar em habilitação da licitante. Desta forma, requer a inabilitação da licitante Clipping Express pela não apresentação de todos documentos necessários a verificação da habilitação da licitante.

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, e, com a certeza da eficiência e imparcialidade com que Pregoeiro vem prestando seu papel no presente certame, a recorrente requer:

- a) O recebimento e processamento do presente recurso;
- b) A desconsideração dos atestados apresentados pela empresa Clipping Express tendo em vista que não atendem a todas exigências previstas no edital e a consequente inabilitação da licitante;
- c) A inabilitação da licitante Clipping Express em virtude da não apresenta de índices de liquidez geral exigido pelo Edital.

Termos em que,

Requer Deferimento.

Brasília, 19 de dezembro de 2018.

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA

Fechar